

Eco-caso, não por acaso (reflexões sobre ecologia e cidade industrial)*

Eco-case, not a question of hazard

*Luis Roberto Alves***

* Elaborado com a participação dos mestrandos em Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo: Angela da Costa Cruz Loures, Celi Langhi Volpolini, Enio Taniguti, Esteban Marcelo Guardia Crespo, Gerson Pedrosa, Jacinta Castelo Branco Correia, Katia Regina Azevedo Patrocínio, Maria de Fátima Moreira, Rosaly de Seixas Brito, Silvio Marquardt Junior e Susana Aldana Amabile.

** Professor da Pós-Graduação em Comunicação Social do IMS. Professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP).

Resumo

Esse artigo-reportagem elaborado coletivamente enfoca questões da deterioração do meio ambiente no município de São Bernardo do Campo, SP. Enfatiza a necessidade de preservação desse meio ambiente, assim como enfoca movimentos e iniciativas que estão sendo feitos nesse sentido.

Palavras-chaves: ecologia, São Bernardo do Campo

Abstract

This article focuses on issues of environmental deterioration in São Bernardo do Campo, SP. It emphasizes the necessity of environmental preservation and community efforts to this effect.

Key words: environment, São Bernardo do Campo

No espaço metropolitano, os sinais do perecimento e da finitude ambientais tornam-se evidentes e atalham a euforia e o modismo em torno dos temas ecológicos. A semiótica dada aos olhos flagra o real e impossibilita qualquer mascaramento. A ideologização cede lugar à impotência e ao questionamento, em geral, infrutífero. No quadro dilemático de referências, as respostas capazes de engendrar uma nova política só se entrevêm nos interstícios raros em que a sociedade de classes percebe a sua possível condição de comunidade. Como exemplo, a química poluidora a penetrar por todos os espaços e a morte constatada dos mananciais. Mesmo assim, a comunidade de destino se desfaz e se divide nos aspectos metodológicos do ataque aos problemas, bem como nas gradações temporais e espaciais exigidas para a solução dos males detectados. Destarte, as populações metropolitanas conhecem antes o inferno para então simularem, dessimetricamente, o paraíso, educando-se, no entanto, para viverem no purgatório ecológico.

Este trabalho é uma experiência acadêmica de inserção no tecido humano, geográfico e ecológico que constitui a passagem entre o planalto paulista e a Serra do Mar, com sua mata atlântica permeada pelo portentoso reservatório denominado represa Billings, os quais suportam uma das cidades mais desenvolvidas do país, São Bernardo do Campo. Partindo da premissa sócio-psicológica anunciada, que substitui qualquer axioma ideal, esta reportagem comprometida perpassa cenários, memória, flagrantes e propostas, nada exemplares, porém humanamente reais.

A memória

De qualquer modo, a bagagem teórica e o estado atual da questão são reconhecidos tanto como instrumentais para compor

uma ótica política quanto à guisa da intensa ideologização do pensamento ambiental que se debate fundamentalmente entre os pólos do messianismo, das passagens dialéticas e do neoliberalismo.

Não se poderia ficar surpreso quanto à similitude entre correntes de pensamento e reflexão ambiental. Como noutros âmbitos, deu-se o mesmo ao correr da história brasileira. O tempo das primeiras observações históricas e estéticas, que produziu crônicas da vida brasileira nascente, assistiu a algum pensamento ambientalista. Frei Vicente Salvador¹ percebe o esgotamento da natureza vista a olho nu pelo modo mercantilista da produção portuguesa. E se impacienta pelo fato de o tempo passar e o país não se desenvolver. Textualmente: "... e isto não têm só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam a terra não como senhores, mas como usufrutários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída."² Compreendia bem Frei Vicente o processo ideológico da contaminação das práticas recorrentes pela forma de poder instituído. Já Ambrósio Fernandes Brandão³ questiona a falta de provisões e a carestia em terra tão fértil: "Não há homens em todo esse Estado que se disponham a plantar árvores frutíferas, nem fazer benfeitorias acerca das plantas, nem fazer criação de gado e outros". O autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil* se projeta para ajudar a compor o Código do Consumidor, figura exaurida a buscar direitos, tendo atrás de si um processo monopolista de produção, agravado pela sujeição das *benfeitorias e provisões* às leis reguladoras e vorazes do mercado oligopolizado.

Na passagem pelo Romantismo, posterior às devassas mineiras em que o sentimento da terra era adulterado pelos atos contrários de sua exploração, o pensamento messiânico fornece água para o monjolo iluminista e não avança muito. Sem as seqüelas das revoluções industriais e comerciais que o seguem, o ritmo do guarani não excede as pautas obrigatórias do idealismo. Por exemplo, José Bonifácio racionalizava:

Todos os que conhecem por estudo a grande influência dos bosques na economia geral da natureza sabem que os países que perderam suas matas estão quase de todo estéreis e sem gente. Assim sucedeu à Síria, Fenícia, Palestina e Chipre, e vai sucedendo ao nosso Portugal.⁴

Na seqüência, o nosso iluminista propunha um processo produtivo racional, que aproveitasse bem da nossa fertilidade natural.

Os embates ecológicos do século 20 já obedecem à evidência do sistema industrial e às novas formas de domínio geradas no seu escopo de expansão exploratória da natureza. Passam por Alberto Torres, que desconfia da tecnologização da natureza, bem como por Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Gilberto Freire, cada qual a usar instrumentos políticos diferentes para suas propostas mais ou menos nacionalizadoras. Também a literatura brasileira foi caixa de ressonância da incipiente reflexão ecológica, produzindo extraordinários cenários, tanto da irresponsabilidade histórica do sistema explorador quanto da sofrida e profunda relação de continuidade homem-natureza, de que são exemplos, entre tantos, *São Bernardo* e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.

Certamente o processo organizatório das civilizações determinou as posturas ambientalistas. Hoje se debate a realidade da fragmentação, que o neoliberalismo pós-moderno estimula, em oposição ao pensamento holístico,⁵ que propõe a harmonia do todo e deseja superar tanto o egocentrismo como o antropocentrismo. Já não se fala mais da visão teocêntrica, que seria ponto de partida para arrancar da natureza o respeito divino, que lhe fora inerente. O centro não é mais este ou aquele, mas uma relação responsável de que deriva o pensamento da nova *sustentação* da terra e suas possibilidades de desenvolvimento global. Deixando de lado as muitas motivações religiosas a contracenar no imenso debate planetário, a verdade é que o mal-estar generalizado sobre a devastação, acrescido da medíocre distribuição de renda, produtora da pobreza de três quartos da população do globo, diminui o distanciamento entre ser humano-natureza, exige um olhar mais respeitoso e introduz mais gente e novas posturas à reflexão sobre o nosso destino comum. Mesmo quando se evidencia certo messianismo na atitude biocêntrica de entidades preservacionistas ou quando se resvala para o projeto liberal, capaz de acreditar na solução ambiental nos marcos da estrutura plena do capitalismo. Na refrega das posições, o discurso da *qualidade de vida* não consegue se apartar da própria dialetização, pois não é o *verde*, nem a *contemplação*, nem o *desenvolvimento* que ocupam o centro da reflexão, mas as suas relações concretas, o seu equilíbrio. No caso de uma cidade industrial importante, como São Bernardo do Campo, o ecologista Maurício Waldman⁶ mostra que os movimentos ecológicos lutam pela recuperação de um espaço não-natural, que é a represa Billings, construída há cerca de cinquenta anos no projeto abastecimento-reserva energética. A

luta se materializa pela consciência do destino metropolitano das populações no rumo do ano 2000 (51,52% das pessoas morarão em áreas urbanas) e, portanto, os esforços negarão tanto o messianismo natural do verde quanto o vale-tudo liberal, que se contradiz na criação de estruturas governamentais pró-ambientalistas a par da impostura plena das leis do mercado.

Entre o planalto e o mar, compondo trechos da serra e da mata atlântica, encontra-se uma densidade populacional de 1,5 mil pessoas por quilômetro quadrado e a totalidade de 2 milhões de habitantes, segundo o censo 1991. É o Grande ABC, cenário da indústria multinacional pós-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek e lugar de importantes movimentos políticos e sindicais, ocorridos na esteira do enfraquecimento da ditadura militar. A princípio espaço de passagem pelos caminhos da serra na direção do litoral; depois concentração imigrante e produtiva pelas indústrias têxteis e noveleiras, que cedem lugar às empresas químicas e metalúrgicas, a serviço da multinacionalização da montagem de veículos e absorção tecnológica da expansão capitalista. O seu maior município em área é São Bernardo do Campo, com 411 km². Desta área, a represa Billings cobre 74,4 km². A população, de 600 mil habitantes, viu crescer o índice de moradores em área de proteção de mananciais na razão de 307% desde 1980 a 1991. Não menos de 160 mil pessoas residem em áreas protegidas, o que equivale a 8% da população regional. Em 1980 a ocupação chegava a 2,5%. Dados parciais mostram que as dezenas de associações de moradia comercializaram nos últimos cinco anos 15 mil lotes, via de regra em total desconformidade com as leis, quer a 6.766, de 1979, exarada pelo governo federal com vistas ao parcelamento do solo urbano, quer a lei estadual 898, de 1975, que protege as áreas de mananciais, e sua continuidade, quer a lei 1.172, de 17 de novembro de 1976, delimitadora das áreas extensivas a cursos de águas e reservatórios.

A área de mananciais da cidade de São Bernardo do Campo abrange 274 km² do total de 411 km², o que dá o quadro de maior gravidade, à luz das informações anteriormente relatadas.

O modelo de desenvolvimento imprimido no país teve aqui o seu clímax de opulência e obliterou os problemas ambientais. Os altos níveis de produção, a extraordinária absorção de mão-de-obra e a veiculação do grande capital produziram a defasagem entre economia e cultura. Andando a reboque do sistema industrial, as administrações públicas deram vazão aos seus gordos impostos com a construção

indiscriminada de equipamentos, estimulando a demanda e até a organização comunitária. Mas sem direção, ou melhor, no rumo de todas as direções. O fluxo migrante se dirigiu celeremente às áreas de mananciais e tiveram o resguardo político indispensável ao seu assentamento. Hoje, com a crise do tipo de sistema industrial implantado, em meio à diversificação tecnológica e a agudização das relações entre capital e trabalho, as administrações públicas amargam o cenário de devastação, sem contarem com as fatias gordas dos impostos e taxas. No entanto, a demanda continua, porque não há perspectiva de alterações substanciais no panorama das reformas do Estado brasileiro e as populações se movem lentamente. Os milhões de migrantes não têm para onde ir. Mantêm-se nos espaços periféricos e demandam equipamentos públicos, exigindo a sua fatia no bolo crescido. Mas os bolos do crescimento murcham, em fogo lento. A cultura das demandas, do domínio e da ocupação não obtêm respostas na veiculação econômico-financeira. Ao contrário. Quando um município implanta um sistema progressivo de cobrança do IPTU – cuja arrecadação fora medíocre, por desnecessária – as grandes empresas provocam o seu embargo na justiça e se negam a pagá-lo, restando às classes médias o ônus completo da nova sociedade de serviços.

Nesse contexto, nem de longe se pode falar da existência de uma política ecológica na cidade ou na região. O que existe são preocupações ambientalistas a partir do frustrante real que os olhos podem captar. Somente em novembro de 1991 a CUT Regional realizou um seminário denominado “Meio ambiente, vida e trabalho”, mesmo contando com os mais progressistas e combativos sindicatos do país. Evidentemente, a defasagem cultural já citada compõe-se também da dimensão ecológica. O espaço de domínio, que cedeu algum lugar para a luta política a partir dos anos 70, não mais que engatinha no esforço pela sustentação da vida em outra ordem de valores. Aqui, a voracidade do tempo, que significou acúmulo de capital e trouxe consigo os pobres ocupantes de favelas e mananciais, só recentemente abriu os olhos para a exigüidade e a finitude de seu espaço. A sociedade opulenta e irresponsável, de qualquer modo, está no fim.

O enfoque de dois aspectos do drama ecológico regional é suficiente para mostrar o arco-íris de posições políticas e metodológicas de ação. São eles a habitação e o abastecimento de água, os quais produzem imediatas relações com a saúde, a educação, o lazer, enfim, a qualidade de vida.

Óbvio que a ocupação de áreas de mananciais na cidade industrial não passa pelo planejamento e muito menos por considerações sobre ciclos hidrológicos, perfil pedológico, ravinamento, preservação do tecido vegetal remanescente ou toda sorte de assoreamentos. Trata-se de necessidade de ocupação. Associada a ela, criam-se as entidades de moradia, que vão do espírito cooperativo à inferência de lucros. Ato contínuo, o espaço-social se transforma em espaço-mercadoria, determinando uma lógica das ocupações. O fato é que não mais de 11 dos 411 km² de São Bernardo do Campo são possíveis de ocupação fora das áreas protegidas. E bairros inteiros se situam às beiras da Billings, como a região do Alvarenga e o Areião, movidos pela lógica que implica a venda de terrenos em *frações ideais*, muito inferiores aos 10 x 50 prescritos na lei projetora, onde se instalam várias famílias; no momento seguinte estarão acampados junto à prefeitura reivindicando água, rede de esgoto, energia elétrica e demais equipamentos sociais. Aliás, esses já são realidade nos bairros citados, em virtude do bom nível de mobilização comunitária.

Geralmente, as administrações das cidades industriais periféricas negam o planejamento. Não porque descreiam do seu caráter científico ou da sua utilidade e sim em razão das pressões imediatistas que sofrem, passando a compor os seus projetos de atos políticos pontuais, às vezes efetivas operações de resgate. Mais para bombeiros que para educadores, muito menos planejadores. No meio desse processo, tais cidades cavam os seus próprios túmulos, porque ficam submetidas integralmente às operações econômicas multinacionais e não possuem quaisquer fontes financeiras fora dos impostos sobre a circulação da economia industrial e comercial. Hoje se dá precisamente esse problema, dentro do processo recessivo e das reordenações do capital internacional e sua reciclagem industrial. As cidades periféricas podem se tornar sucatas e sua gente, de operadora do espaço mercantilizado, pode virar objeto descartável, caminho da marginalidade.

Cabe, no entanto, lembrar que o processo de ocupação obedece ao ritmo da opulência industrial e sua exploração de mão-de-obra. A princípio a marcha é silenciosa, individual e familiar. Depois, em forma cooperativa, com a conivência dos poderes públicos, ou parte deles. Além disso, as ocupações nascem sob a passividade política, mas aceleram os seus passos na militância, ou no aproveitamento de um discurso justificador da ocupação. Assim, governos progres-

sistas em suas diretrizes nacionais se constituem estímulos para o assentamento de contingentes populacionais nas áreas protegidas. Nesse sentido, no interior dessas administrações busca-se dialogar em torno do equilíbrio entre o direito e a necessidade de ocupar os espaços da cidade e o respeito ao meio ambiente. Um difícil equilíbrio. Em primeiro lugar, porque não se pode imputar criminalmente o operário de baixo salário ou o desempregado de construir sua casinha em área de manancial, que aliás é mais barata e desguarnecida do que as áreas privadas e públicas registradas no cartório. Mas também se reclama do fato de tais ocupações não comportarem a dimensão política, a melhor organização. Aliás, como relembra o coordenador de meio ambiente de São Bernardo do Campo, Maurício Waldman, os grupos mais intensamente politizados se afastam das áreas de mananciais.

A mercantilização dos espaços comunitários – e entre eles as áreas de nascentes, represas, fontes e vegetação natural – se torna evidente pelo crescimento das associações comunitárias, que oferecem facilidades para a ocupação, com promessas de regularização legal dos terrenos adquiridos e futuros equipamentos sociais. Esse crescimento tem a contraparte na negação de qualquer diálogo com os ecologistas. Em São Bernardo, por várias vezes tais entidades-empresas foram convidadas para conversar sobre as ocupações, possibilidades de regularização e perigos do assentamento indiscriminado. No entanto, pouquíssimas associações compareceram e o projeto voltou à inércia. Evidencia-se, deste modo, o caráter imobiliário e lucrativo dessas organizações que se intitulam defensoras do direito à moradia.

Nos últimos 10 anos, a população favelada de São Bernardo do Campo saltou de 10 mil para 100 mil pessoas. Inclui-se aí uma percentagem razoável nos loteamentos clandestinos em áreas legalmente interditas. Estando fora de cogitação a consciência de preservação, os poderes públicos iniciaram um programa de urbanização dos espaços degradados, que inclui determinação de terrenos igualmente distribuídos, arruamento, reserva de espaços sociais e orientação técnica para construção. O projeto tem sucesso em vários núcleos, notadamente naqueles em que já cresceu alguma consciência de enraizamento familiar e cultural. Evidentemente essa proposta não é preservacionista, porque reconhece a realidade da ocupação. Mas prevê a contenção dos movimentos irracionais de ocupação, pelo compromisso de fixação comunitária e obrigaçã

pagamento para os terrenos alienados e para a casa própria, via de regra feita por autoconstrução ou por atos de solidariedade da vizinhança e da família.

Difícil é a relação entre a necessidade e o destino, que se transformam em dois mitos. O mito da necessidade se justifica no drama secular dos “pobres da terra” em busca do Eldorado, em cujo quadro de referências se dá a frustração global mas se salva a subexistência, em forma de um espaço mínimo de vida comunitária. Visto o caráter quase-cósmico do mito, fica dificultada a criação de gradações de experiência e memória acerca dos valores da higiene, saúde e adequada alocação ambiental. Esse mito trabalha com o sentido maior da queda, reparada pela oferta social do mínimo existencial. Profundamente, vê-se que esse mito reflete o próprio sistema capitalista de produção, ausentes as mediações sócio-econômicas. Já o outro mito, o do destino, costuma exigir um nível mais sofisticado de elaboração, porque precisa superar a própria necessidade e produzir a perspectiva para adiante. Tal ótica não é fácil, visto que o processo de colonização e de contínuas sujeições históricas lança os sentidos de destino para trás, como se algo já estivesse definido desde sempre. Portanto um novo modo-de-ser ecológico precisará superar todos os conceitos sócio-religiosos já instalados, os quais inviabilizam a sensibilidade espacial pela altura política e pela autoridade em que se traça a vida das pessoas. A altura política engendra o mito da necessidade e a força da autoridade deforma o mito do destino. Nenhum deles produz o sentido de comunidade, mas sim de ajustamento. E um novo sentido para a ação ecológica exigirá comunicação e comunidade, nascidas posteriormente à indigestão do atual sistema industrial combinado com os meios massivos de informação.

Existem poucos momentos para se repensar o destino e a necessidade. Um deles é o da irrupção da tragédia, que se simboliza na Vila Barraginha ou na Vila Socó, respectivamente em Contagem, Minas Gerais, e Cubatão, São Paulo. Na contagem dos mortos e na apuração das responsabilidades, a dimensão vai ao cosmos, porque ninguém é determinante do mal. Sobre uns, o fogo voraz; sobre outros, o soterramento brutal. Então todos se recordam da reforma agrária e dos planos diretores das cidades, ambos urgentes, mas submetidos a todas as políticas de ocasião e interesse. De todo modo, a necessidade e o destino somente emergirão a novos sentidos a partir da lenta e às vezes trágica consciência da ordenação

corajosa da cidade em sua fase pós-industrial e da redivisão do trabalho rural e urbano, que justifica reformas decisivas.

O sistema de habitação cria imediata relação com o processo de abastecimento de água. E falar em água é tratar da Billings, represa de 74 km², nascida em 1929 como aproveitamento do declive da Serra do Mar e represamento do curso superior do rio Pinheiros. Cumprindo dois objetivos, o da alimentação da usina Henry Borden, em Cubatão, e o de reservatório de água, a Billings exhibe toda a sua tragédia: é fundamental para dar de beber a pelo menos 4 milhões de pessoas e passou a ser o esgoto de parte da Grande São Paulo, visto que o tratamento dos dejetos é insuficiente e o bombeamento de água poluída para a Billings ajuda a evitar alagamentos de setores da capital paulista, para os quais o rebaixamento da calha do Tietê foi uma tentativa. Em nome da relativa melhoria da vida em São Paulo e cidades do curso do Tietê, a represa sofre a sua degeneração definitiva. Que poderia ser invertida plenamente, pois durante alguns meses do governo Franco Montoro em São Paulo a parada do bombeamento propiciou a depuração, facilitada pelas chuvas, pelas inúmeras nascentes e pela evaporação. No entanto, pressões políticas municipais fizeram retornar o ritmo de lançamento de poluição, que chega a 1.000 toneladas-dia sobre 1 bilhão de metros cúbicos de água, dentre as quais se observam inúmeras manchas anaeróbicas.

O círculo de problemas se fecha: 10 mil pessoas viviam da pesca na represa e estão ameaçadas. Outras milhares comiam o seu peixe e hoje estão submetidas a coliformes fecais e produtos químicos cancerígenos. A habitação pressiona a degeneração, pelo não-tratamento dos esgotos. O governo estadual tem investido grandes recursos no planejamento de obras visando a captação de água a mais de 100 quilômetros da capital, no vale do Ribeira, o que significa o abandono da Billings. De seu lado, um incipiente mas decidido movimento ecológico regional aponta para o artigo 197 da Constituição Estadual, que marca o dia 5 de outubro como limite para o bombeamento da água poluída de São Paulo, que escoar pelo Tietê através da reversão do Pinheiros. Enquanto cresce a mortandade de peixes e o processo de contaminação pelo consumo, a região demonstra que não abrirá mão do seu direito a essa fonte de água e lazer.

As populações do Grande ABC – e não somente de São Bernardo – esperam com expectativa o fechamento de acordos entre os governos de São Paulo e do Japão, através dos quais será possível

investir na despoluição do rio Tietê, especialmente o fluxo de água que recobre o perímetro da capital paulista, que abrirá perspectivas tanto para a diminuição das enchentes quanto para a alteração do ciclo hídrico que vitima a represa Billings. Nessa direção, o movimento ecológico tem avançado para ações menos pacifistas. A cada mortandade de peixes, o que é comum e resultado da falta de oxigênio na água do reservatório, os ecologistas despejam centenas de quilos de peixes mortos nas calçadas e saguões de edifícios públicos ligados aos sistemas hídrico e de saneamento ambiental.

Os diversos movimentos ecológicos estão unânimes em seu projeto de *limpeza* do enorme reservatório e manancial indispensável à vida regional. Serviço Aéreo e Terrestre de Salvamento, Associação dos Pescadores, S.O.S. Billings, Brasil-Verde, Terra Viva, Resistência Ecológica e outros movimentos crescem o seu poder de fogo à luz do esquecimento da legislação e do encontro de alternativas que não valorizem o extraordinário espaço de lazer e a fonte de água que completa 67 anos em 1992. Nem mesmo o futurismo de especialistas faz os ecologistas diminuir as suas exigências. Segundo aqueles, há que despoluir a Billings no prazo máximo de 16 anos, pois São Paulo terá 25 milhões de habitantes em 2005 e não terá água para sua população. No entanto, a alternativa Juquiá pode alterar o processo, embora seja um projeto caríssimo. Melhor seria investir os necessários 2 bilhões de dólares na despoluição do Tietê e da Billings, cuja vazão de água potável pode garantir a sustentação da capital e do grande ABC. E um dos caminhos é o do microtratamento de esgotos, de forma descentralizada e indo muito além dos 12% que a Sabesp pode tratar atualmente.

O que se nota sobre o processo de comunicação e ecologia é que a expectativa da opinião pública cresce à maneira que os dados técnicos e científicos aumentam. Essa expectativa é aguçada pelas conquistas legislativas, ainda inoperantes. Certamente as informações do projeto mirabolante de Juquiá, que implica em criar uma cachoeira ao contrário, dado o desnível entre São Paulo e Ribeira, levantam dúvidas, mais as perspectivas de transformar a Billings em lagoa de decantação ou estimular o esvaziamento do pólo industrial do ABC. Sabedores de que a despoluição é viável, de que o índice de água potável no planeta e no país é finito e pequeno e de que os fatos técnicos e científicos são manipulados pelo jogo político, os líderes de opinião vão tornando aguda a sensibilidade regional pelo destino da sua represa e demais mananciais de água. O mero

fato de que ainda se tira da represa 4 mil quilos de peixe diariamente, os quais, mesmo contaminados, são servidos na mesa das populações de baixa renda, dá dimensão da tragédia e da possibilidade: o processo tem de ser revertido e a represa tem recursos próprios para ajudar na reversibilidade. A vulnerabilidade ecológica tem a sua contraparte.

Os discursos dos paradigmas

As falas dos ecologistas de São Bernardo do Campo retratam as posições, os paradigmas, do naturalizante ao político. Maurício Waldman vê na ação ecológica inclusive posições de direita e esquerda. Entre os conservadores se encontra o S.O.S. Mata Atlântica, que se embasa nas ciências naturais e na teologia e tem a visão do verde pelo verde. No entanto, considera que no Grande ABC a orientação é classista e aponta para o eco-socialismo. Nessa perspectiva, tem importância o domínio do político, porque o derramamento de petróleo no mar e a poluição de uma represa, bem como a devastação das matas, são atos políticos. Lembrando também, como Waldman, que o meio ambiente não existe enquanto sujeito autônomo e é variável historicamente. A natureza é constantemente reinventada. Ora, o movimento ecológico do ABC luta por um espaço não plenamente natural, que é a represa Billings, destacando portanto a questão da qualidade de vida das populações. Assim, fica patente que a questão do espaço também varia, dependendo das relações de produção.

Por certo, os paradigmas naturalizantes têm apelo e importância. Basta ouvir um pescador da Billings, Luís Trajano:

A poluição leva todos por igual. Não discrimina pescados grandes dos outros menores. Outro dia um camarada veio a uma reunião e queria levar placas sobre poluição para advertir a população do lugar. Ia fazer folhetos também. Mas este camarada só pensou no lado humano. E os animais, como é que eles compreenderiam? Sabem ler alguma placa? Este camarada somente pensou nos homens que pensam somente neles. São uns idiotas, pois eu já vi os capivaris cruzando a água e morrendo pelo meio do caminho, pois eles não sabem que ela está contaminada. Os pássaros, as garças.

E concluiu: “Nós somos os naturalistas daqui, pois nós vivemos da represa. Sem a represa, não somos nada”.

O discurso forte e heróico de um dos membros do Serviço Aéreo e Terrestre de Salvamento também precisa ser ouvido:

Deus criou tudo perfeitoinho. É fácil provar que ele existe. Pega uma semente, manda um cientista fazer uma igual. Manda fazer uma gota d'água. Deus deu o planeta super equilibrado. E de repente não sei porque o homem fez toda essa desgraça, dizendo que é o próprio progresso(...).

O ecologista passa à dimensão política:

Esse governo deveria ver primeiro quem são esses técnicos que estão rodeando, que estão dentro das repartições fazendo todo tipo de crime contra a humanidade. Essas bestas-feras que deveriam ser eliminadas. O que tem de existir é vergonha na cara por parte das instituições governamentais, porque existe muito cambalacho. O meio ambiente não tem raça, credo, cor, fronteiras. Todos respiram o mesmo ar. Bebemos do mesmo lençol freático e vamos morrer e ser enterrados na mesma terra. Nós podemos conciliar o meio ambiente, o progresso, o bem estar, a própria vida.

Já Vera Rotondo, do Terra Viva, propõe:

... fazemos um movimento político, mais voltado ao enfrentamento na base mesmo. Temos contato direto com os depredadores. A gente tem atuação de base, ir ao local, chamar a Polícia Florestal, tentar impedir, enfrentar, conversar, tentar conscientizar. E também participamos de seminários, vamos à porta de fábrica tentando ganhar os trabalhadores para o nosso movimento.⁷

Como se disse no início, as populações metropolitanas conhecem antes o inferno, para então iniciarem um novo movimento. No processo, a memória ecológica e os enfrentamentos produzem as diversas tendências, de fundo e método, que estabelecem o arco-íris de ações. No fundo não se excluem, pois o mal maior se encontra na retina dos seus olhos. Tampouco se anulam, dadas as reais divergências. Na complexidade, haverá gradações e alcances nas atitudes, prolongamentos e quedas. No painel que vai do messianismo à dialética da urbanidade um extraordinário processo de comunicação retrata o modo-de-ser do *melting pot* metropolitano.

O chamado *Documento da Sociedade Civil Brasileira*, aprovado no Recife em novembro de 1991 e enviado à Conferência sobre Meio Ambiente, aponta para a pobreza como o cerne da questão ambiental

do espaço metropolitano. Ela vive de mãos dadas com a degradação ambiental e a questão urbana. Todas apontam para o modo de produção e, enfim, os modelos de desenvolvimento do pós-guerra. De modo algum servem de desculpa, mas, ao contrário, mostram o quanto de investimento sócio-cultural terá de ser feito para não se cair no modismo ecológico ou no messianismo ambiental, mas sim oferecer propostas de transformação sócio-ambiental. Considerando que dentro de oito anos quase 80% da população estará vivendo em cidades, dá-se conta das ações reguladoras, dos pactos entre administração pública e sociedade civil organizada e da repressão ao processo especulativo que terão de ser empreendidos, com a urgência requerida. A reforma urbana, associada à agrária, incluirá novas políticas sociais de uso dos espaços, gestões muito distintas das atuais, integração de ações e alternativas efetivas para os novos e renovados serviços públicos. No contexto das outras questões (energia, população, agricultura e eco zonas brasileiras), fica patente que a opulência é irmã da irresponsabilidade e ambas terão de ser superadas no rumo da sustentação digna de todos os tripulantes do planeta azul. Ainda azul. Metonimicamente, um pedaço de São Paulo é sintoma de mundo.

A reação cultural

Há poucos meses foi publicado um livro denominado *Billings Viva*, de Toninho Macedo, com o patrocínio da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo. Nele, puxa-se pela memória viva dos sujeitos ligados à vida do reservatório. A obra está sendo discutida nas escolas e vai criando uma massa crítica, associada às ações dos ecologistas. Do mesmo modo, intensificam-se excursões à Serra do Mar, cursos especiais para crianças e adolescentes, concursos literários e uma presença curricular nas escolas das questões de meio ambiente. O tema penetra os sindicatos de trabalhadores e não é rejeitado no espaço patronal. Por enquanto, a liderança cabe às administrações municipais e aos ecologistas, mas tende a extrapolar esses limites. A imprensa dá razoável destaque aos confrontos e às realizações culturais. Contínuos atos são feitos às margens da repressão, alertando dos perigos e abrindo os novos projetos. Cria-se uma razoável documentação regional nos arquivos oficiais e particulares, especialmente em memória oral e fotografias. O grande objetivo é ganhar as novas gerações para a luta ecológica. Nenhuma

garantia, mas certeza de muito trabalho. Para sair do purgatório meio ambiental metropolitano.

NOTAS

1. Frei Vicente Salvador foi um dos cronistas mais importantes do período das manifestações literárias no Brasil.
2. José Augusto de Pádua, *Ecologia e política no Brasil* (Rio de Janeiro, Iuperj, 1987), p. 20.
3. *Ibid.*, p. 21.
4. *Ibid.*, p. 31.
5. Aqui, o pensamento holístico relembra os trabalhos de Capra (autor de *Ponto de Mutação*) e o grupo do Elmwood Institute, de Berkeley.
6. Ex-coordenador de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.
7. Entrevistas realizadas pela equipe de trabalho.